

Grupo de Trabalho GTCP ABM



Ata da 2ª reunião do GTCP – ABM

Data	Hora (início)	Hora (Término)	Relator
13/10/2011	09:00	17:00	Ricardo Rocha de Azevedo
14/10/2011	09:00	16:30	Ricardo Rocha de Azevedo

Participantes

Nome	Município / Órgão	13/out	14/out
Aguinaldo Bodanese	Medianeira / PR	X	X
Aldrey Kich	Cascavel / PR	X	X
Carlos Roberto Pereira	Tanguá / RJ	X	X
Cátia Maria Fraguas Veiga	ABM	X	X
Deosdete Aparecido Vechiato	Votuporanga / SP	X	X
Ildo Belim	Cascavel / PR	X	X
Irineu Domeraski Siqueira	Pato Bragado / PR	X	X
Liane de Souza Silva	Butiá / RS	X	X
Lucio Marcos da Silva Moura	Tanguá / RJ	X	X
Luiz Oscar Trindade Florisbal	Butiá / RS	X	X
Luiz Roberto Woidela	California / PR	X	X
Manoel de A. Barbosa	Olinda/PE	X	X
Marcos Francisco dos Santos	Apucarana / PR	X	X
Marques Cezar Gomes de Sá	Tanguá / RJ	X	X
Neli Wienke Isquierdo	Camaquã / RS	X	X
Paula Silva de Oliveira	Olinda / PE	X	X
Renato Ladwig da Silva	Cristal / RS	X	X
Ricardo Rocha de Azevedo	ABM	X	X
Ruilton Cavalcanti Assunção	Olinda / PE	X	X
Sandro Lobo Araújo	Montes Claros / MG	X	X
Ueldson Araújo da Conceição	Tanguá / RJ	X	X
Alex Fabiane Teixeira	STN		X
Bruno Ramos Mangualde	STN	X	
Claudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa	STN		X
Derli Antunes Pinto	STN	X	
Henrique Ferreira Souza Carneiro	STN	X	
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	STN	X	

Memória da Reunião

A Reunião do dia 13/10 começou com a apresentação por parte do coordenador do grupo da ABM, que apresentou aos presentes os avanços na organização do grupo por parte da entidade, com a criação de espaço no site da ABM para a disponibilização de todo material utilizado nas discussões, calendários e demais documentos necessários ao grupo. Em seguida foram apresentados ao grupo os temas que seriam abordados durante

Grupo de Trabalho GTCP ABM



a reunião nos dois dias, que conforme discutido na reunião anterior, seriam sempre escolhidos entre os temas a serem abordados pela STN na reunião do próximo grupo: nota técnica sobre os fundos públicos; últimas alterações no plano de contas aplicado ao setor público em atendimento às necessidades de melhores informações consolidadas; apresentação sobre proposta de alteração nas naturezas de receita; adoção inicial e mensuração após o reconhecimento de ativo imobilizado e intangível; contabilização dos consórcios públicos; regras para ordenar despesas na LRF; relatório quadrimestral - art. 9º §4º LRF; despesas com pessoal nos 180 dias finais de mandato. O coordenador do grupo começou os trabalhos comentando as mudanças no planejamento público brasileiro, discutindo com todos os presentes as mudanças no PPA do Governo Federal. Em seguida deu-se início às discussões sobre as despesas nos últimos 180 dias de mandato, onde foi lido o material da STN e todos se manifestaram sobre as propostas do Tesouro sobre como deveria ser feita a apuração do aumento de despesa nos últimos 180 dias: ou através de apuração nominal dos gastos ou através de limitação de atos do chefe do executivo, sendo que o grupo entendeu que o correto seria o acompanhamento dos gastos através dos atos do prefeito, porém foram levantadas exceções em que atos do chefe do poder aumentam as despesas, mas são inevitáveis, e esses casos deveriam ser considerados. Após essa discussão, os representantes do Tesouro apresentaram as novidades relativas ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, além de apresentar o tema: adoção inicial e mensuração após o reconhecimento de ativo imobilizado e intangível. No dia 14/10, a coordenadora do grupo pela ABM apresentou as novidades que tem sido tratadas no grupo da STN: GTSIS. Em seguida foi discutido como contabilizar os consórcios públicos, na proposta apresentada pela STN. O grupo demonstrou preocupações com relação à forma proposta, sobretudo com a utilização de contas de compensação para registrar informações que seriam utilizadas na apuração de gastos com pessoal, saúde e ensino em substituição de valores contabilizados em despesas orçamentárias nas modalidades específicas de repasses para consórcios. Outro apontamento sobre o tema de consórcios foi a lembrança de que na minuta de portaria dos consórcios de agosto de 2010, tínhamos um item que determinava a inclusão de metas no PPA e LDO, e esse item foi retirado da última minuta. Os representantes da STN iniciaram então a apresentação sobre a obrigatoriedade de inscrição no CNPJ para os fundos públicos, onde foi apresentada a nota técnica do Tesouro e o parecer da PGFN. Em seguida, tomou a palavra o Sr. José Carlos Rassier, Diretor Executivo da ABM, que agradeceu e parabenizou a todos os presentes pela participação no grupo, e disse que o mesmo tinha a tendência de se ampliar, com a participação de mais municípios; em seguida ele apresentou o planejamento da ABM para 2012, com a previsão de realização de um fórum nacional em março, e solicitou aos presentes que sugerissem 5 temas para serem discutidos no fórum, que contaria com a participação de entidades representativas do país todo. Em seguida tomando novamente a palavra, o coordenador do grupo deu início à discussão sobre os artigos 16 e 17 da LRF, conforme proposta apresentada pela STN. O grupo lembrou que deve constar no manual da STN o seguinte apontamento: quando se elabora um estudo de impacto orçamentário-financeiro deve-se considerar que os estudos anteriores também devem ser acumulados.

Grupo de Trabalho GTCP ABM



Por exemplo: fazemos um estudo de impacto para a contratação de 10 servidores em um dia. Na semana seguinte elabora-se um outro estudo de impacto, sem considerar os gastos já comprometidos com o estudo anterior. Também foi apontado o item sobre a declaração do ordenador de despesa – o texto traz que deve ser feito “no momento do empenho da despesa”. Se já temos o empenho quer dizer que o orçamento já seria suficiente. A declaração de acordo com a lei deveria ser feita no momento da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, conforme a própria lei diz, e não no momento do empenho. Por fim, os coordenadores agradeceram aos municípios pela presença e participação e encerraram a reunião.